

UM BREVE PANORAMA DA JUVENTUDE NEGRA DO RIO DE JANEIRO

CABRAL DA SILVA, Rachel¹; PAIXÃO, Marcelo²

Palavras-Chave: Indicadores Sociais, racismo, juventude negra, Rio de Janeiro.

Introdução

O paradoxo contemporâneo brasileiro é ter o reconhecimento da existência do racismo no país sem racistas. O racismo é um dos mecanismos sociais que perpetuam a desigualdade racial. Esta, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural de cristalização do preconceito, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais desde a colonização portuguesa como marco da constituição de uma nova sociedade, hierarquizada segundo a origem étnica de cada indivíduo: portugueses, ameríndios e africanos como escravos que não poderia alcançar sua humanidade plena.

Uma das visões sobre a persistência do racismo no país deve-se ao fato da nossa República não ser fundada no princípio essencial do regime republicano que é a efetiva igualdade perante o Estado, perante a sociedade no seu conjunto. Somos uma sociedade estruturada a partir do racismo, da escravidão comercial e racial em que seus reflexos negativos, o que torna a pobreza no Brasil com cor e procedência.

Mesmo com igualdade formal, em que todos e todas são iguais perante a lei, existem mecanismos efetivos que fazem com que as pessoas sejam menos iguais, tal como o racismo institucional, quem vem reproduzindo as desigualdades étnico-raciais. Então, podemos dizer que um projeto de Constituição de Estado-Nação que foi simplesmente tornando natural a ausência de negros em espaços decisórios e de poder, de comando. Então, indagamos que Democracia é essa?

No que tange os debates sobre a intensidade da pobreza e miséria assim como as formas de desigualdades sociais são tradicionalmente realizados sem considerar as relações raciais e de poder assimétricas contidas na estrutura da sociedade brasileira. A hierarquia racial é constitutiva das relações

¹ Cientista Social, Licenciada em Geografia, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências pela Universidade Federal de Santa Maria.

² Professor Doutor em Economia, Coordenador do LAESER- Laboratório de Análises Estatísticas Econômicas Sociais das Relações Raciais, Coordenador do Curso de Extensão- Oficina de Indicadores Sociais com Ênfase em Relações Raciais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

sociais e espaciais, e, ao neutralizar estas dissimilaridades contribui substancialmente para perpetuação do quadro de extremas injustiças sociais e, sobretudo étnicas.

Tal prática, ao favorecer a esta conjuntura de não se problematizar a prática e as conseqüências do racismo (assim como seu silêncio que é uma ação política) também respalda o não aprofundamento sobre os determinantes das desigualdades raciais. Desta forma empurra a população negra para o lócus espacial e social da subalternidade, isto é verificado nos indicadores sociais, em geral, apontam para a existência de abismos sociais que separam as condições de vida dos principais grupos étnicos e raciais no país.

Os indicadores sociais quando desagregados por faixa etária, raça/cor e gênero apresentam um quadro social da juventude negra que transparece e elucida a existência da desigualdade estrutural e histórica no Brasil, já que o racismo estrutural tem os seus reflexos negativos que não foram sanados desde então.

Metodologia e/ou Material e Métodos.

Conforme o estudo do IPEA- *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*³ (2009), a juventude brasileira é composta por 47,1% são jovens brancos e 52,9% de jovens negros e negras que- em sua maioria- ingressam precocemente no mercado de trabalho ocupando postos de trabalho precários de baixa qualificação profissional, reduzida remuneração e desta maneira não conceberão a possibilidade de ascender socialmente já que não tem meios de terem esta perspectiva.

O cenário das desigualdades afeta milhões de brasileiros e brasileiras, porém o impacto atinge de forma singular aos diversos extratos sociais, fazendo com que estas mazelas concentrem-se nos grupos subalternizados por não se enquadrarem a uma sociedade cada vez mais marcado pela lógica do mercado, por conseqüência da implementação de políticas neoliberais e também marcado pela lógica da competitividade. São considerados “perdedores” e “descartáveis” pelo sistema, mulheres, certos grupos raciais e étnicos historicamente marginalizados, certas faixas etárias bem como incidem de maneira desigual em diferentes espaços do país. Estes vêm cada dia negado o seu “direito a ter direitos” (Hanna Arendt).

³ <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>

O estudo da OIT - Organização Internacional do Trabalho, “Trabalho Decente e Juventude no Brasil”⁴, de acordo com os dados do relatório demonstra que, 67,5% dos jovens de 15 e 24 anos estavam desempregados ou ocupando posto de trabalho na informalidade em 2006. A base da pesquisa foi o pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) de 1992-2006 que ainda aponta que o desemprego era maior entre as mulheres jovens (70,1%) do que os homens jovens (65,6%). Quando analisa a juventude no perfil étnico-racial observa-se o índice mais acentuado entre os jovens negros (74,7%) do que para os jovens brancos (59,6%).

O estudo do Programa de Redução da Violência Letal – PRVL do Observatório de Favelas⁵ faz uma análise preliminar dos homicídios em 267 municípios que tenham mais de 100 mil habitantes. Segundo o IHA - Índice de Homicídios na Adolescência constata que os riscos de morte mais elevados compreendem a faixa etária de 15 a 34 anos, porém de acordo com as trajetórias individuais os riscos podem começar mais cedo. Demonstra também a variação do risco de mortalidade por causas externas de acordo com a faixa etária, a cor e o gênero. Estes apontaram que a condição social; sobretudo da situação de vulnerabilidade de crianças, adolescentes e jovens negros e negras é agravante por terem trajetórias individuais e estilos de vida diferenciados de outros grupos sociais.

Resultados e Discussões

Dada esta informação verifica-se a situação mais acentuada de vulnerabilidade social quando se mesclam a condição de mulher inserida em um contexto de uma sociedade fática e sexista, mais ainda pela marginalização social promovida pelos antagonismos de classe gerados pelo capitalismo implacável em uma relação direta com a juventude, somando a isso à condição de ser negro na sociedade marcada pela segregação racial e a realidade de extermínio programado que a juventude negra sofre, assim como esta parte da população não tem, na prática, acesso ao que entendemos ser o mínimo necessário para se dizerem e sentirem cidadãos, visto que é de alguma forma negado ao acesso à educação, à saúde, à habitação, ao lazer, a convivência familiar e comunitária.

A baixa remuneração e qualificação profissional são efeitos negativos das diferentes trajetórias educacionais entre os jovens. Jovens negros e negras tem menor escolaridade por dificuldade de

⁴http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/Trabalho_Decente_Brasil_2009.pdf

⁵

<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/includes/publicacoes/471da5ee11f02534b6022e2a2d6a40dc.pdf>

permanência no sistema escolar já que este também ocultou e silenciou a história e a contribuição estrutural da população negra para o Brasil o que dificulta a formação da auto-imagem positiva e identificação ao que é ensinado. Ao fazer o recorte de gênero entre os jovens negros, as jovens mulheres negras saem da escola por se tornarem mães na adolescência.

Conclusão

As diferenças de gênero e raça/etnia são transfiguradas como desigualdades quando são postas como fatores importantes para determinar as diferentes possibilidades dos indivíduos de terem acesso a um emprego e nas suas condições de trabalho: remunerações, benefícios e possibilidades de proteção social. O resultado disto é que gênero e raça/etnia condicionam a forma através das quais indivíduos e as famílias vivenciam a situação de pobreza e conseguem ou não superá-la que comprometem o seu livre exercício aos Direitos Humanos, Sociais, Culturais, Econômicos, Sexuais e Reprodutivos.

A falsa harmonia racial também chamada de racismo cordial pode ser percebida e acentuada como uma maneira de discriminação contra os homens e mulheres pretos, em outras palavras, os não brancos. Diferencia-se por uma falsa cortesia e reveste um comportamento discriminatório que se espalham e expressam de muitas formas em ambientes e períodos. No Brasil ainda que o mito da democracia tenha deixado o racismo institucional escondido atrás das suas complexidades, não é impossível observar que a sua atuação em prejuízo a população preta ocorre.

Referências

- COÊLHO, M. N. **Educação e diversidade étnico-cultural**: a inserção de crianças negras brasileiras e de crianças angolanas no espaço da escola/Hortolândia – SP. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp, 2005.
- FLAUSINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. (1954), **O problema do negro na sociologia brasileira**. *Cadernos do Nosso Tempo*, 2, jan./jun.
- GUIMARÃES, A . S. A . **Racismo e Anti-racismo no Brasil** S. Paulo, Edit. 34, 1999.
- LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. 1ª Edição. Buenos Aires; CLACSO, 2005.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo; Educ/Fapesp; Rio de Janeiro; Pallas, 2005.